

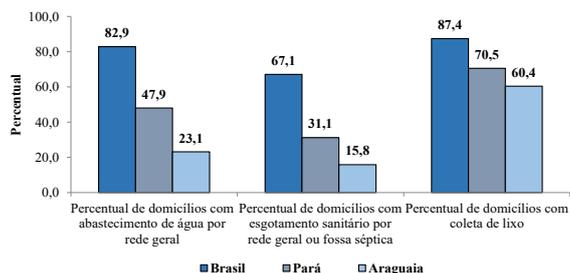
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Araguaia apresenta 30 hospitais (hospitais gerais e hospitais especializados), com destaque para o Hospital Regional Público do Araguaia, inaugurado em 2007, em Redenção, que oferece atendimentos em 20 especialidades médicas e atende 15 municípios, e, ainda, o Hospital Regional de Conceição do Araguaia, com atendimento hospitalar e ambulatorial. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,81, sendo superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. O mesmo se repete quanto à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, da RI, 2,21, e a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Araguaia. Observou-se, em 2010, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Araguaia, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 23,1% dos domicílios, 15,8% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 60,4% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário eram bem menores na região, em comparação com o estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Araguaia, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosarpa) estava presente, em 2017, em apenas três (Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu) dos 15 municípios que compõem a RI Araguaia, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel), e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e a Região de Integração Araguaia, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI ARAGUAIA	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	24.791	19,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.614	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.807	27,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.311	9,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.448	5,7
Total Domicílios	1.859.165		124.512	

Fonte: IBGE/CENSO-2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Araguaia, o déficit era de 19,9% do total de domicílios. Em 2010, a componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 27% no Araguaia. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado do Pará e 85% na região de Araguaia. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 9,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,7% na região.

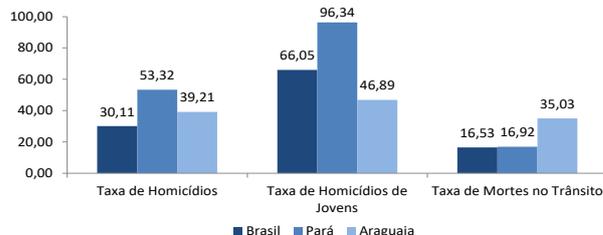
3.4. Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 39,21. Os municípios de Redenção e Pau D’Arco apresentaram as maiores taxas, 78,82 e 74,89 homicídios, respectivamente, em contraposição ao município de Sapucaia, que não apresentou casos de homicídios, e Aveiro que figurou com a menor taxa, 14,99 homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Araguaia (46,89 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Bannach e Rio Maria apresentaram as maiores taxas entre os componentes da região, com 136,19 e 119,04 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. O município de Sapucaia não apresentou casos de homicídios de jovens e Santana do Araguaia apresentou taxa de apenas 9,55 homicídios de jovens a cada 100 mil jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Araguaia foi de 35,03 mortes. O Pará apresentou taxa inferior, registrando 16,92 mortes. Entre os municípios da região, os que apresentaram as maiores taxas foram Pau D’Arco (112,34 mortes) e Sapucaia (104,06 mortes), enquanto Cumaru do Norte não registrou mortes por acidentes no trânsito e Água Azul do Norte observou a menor taxa (18,74 mortes). Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da RI Araguaia foi de 46,94 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a região registrou taxa de 11,37 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que alcançou, em 2017, um total de 1.423,86 roubos por cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a RI Araguaia, observou-se a taxa de 349,87 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores Segurança	Pará		RI Araguaia	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	33,80	46,94
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	11,45	11,37
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	346,36	349,87

Fonte: SEGUP, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Araguaia contava com um total de 29,53% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Araguaia apresentou um Índice de Gini de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Araguaia	29,53	0,55

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013. Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, observa-se que na RI Araguaia, 41,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 69,3% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 54,2% das famílias inscritas, recebiam o Bolsa Família. A região observou percentuais menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios - dezembro 2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Araguaia	41,3	69,3	54,2
Água Azul do Norte	39,5	83,6	67,4
Bannach	61,5	69,1	53,3
Conceição do Araguaia	50,8	57,9	42,3
Cumaru do Norte	46,9	82,4	62,1
Floresta do Araguaia	61,1	75,1	59,7
Ouroilândia do Norte	58,7	79,3	58,8
Pau D’Arco	87,9	70,3	57,1
Redenção	42,0	58,7	47,3
Rio Maria	49,2	52,4	42,2
Santa Maria das Barreiras	58,7	73,2	56,5
Santana do Araguaia	26,8	82,1	60,8